



**EQUATORIAL S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ n.º 03.220.438/0001-73

NIRE 2130000938-8 | Código CVM n.º 02001-0

**AVISO AOS ACIONISTAS**

*Comunicação sobre Aumento de Capital Deliberado pelo Conselho de Administração*

**Equatorial S.A.** (“Companhia”) nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do saldo da “Reserva para Investimento e Expansão” e da “Reserva Legal”, sem a emissão de ações, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações” e “Aumento de Capital”, respectivamente).

Assim, em cumprimento ao disposto no art. 33, XXXI, da Resolução CVM nº 80/22, a Companhia comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue abaixo:

**Art. 1º O emissor deve divulgar ao mercado o valor do aumento e do novo capital social, e se o aumento será realizado mediante: I – conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; II – exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; III – capitalização de lucros ou reservas; ou IV – subscrição de novas ações. Parágrafo único. O emissor também deve: I – explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas; e II – fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.**

O valor do Aumento de Capital aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 169, § 1º da Lei das Sociedades por Ações é de R\$ 9.500.000.000,00 (nove bilhões e quinhentos milhões de reais, sem a emissão de novas ações<sup>1</sup>. Em razão do Aumento de Capital o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 12.703.706.583,35 (doze bilhões, setecentos e três milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), passará para R\$ 22.203.706.583,35 (vinte e dois bilhões, duzentos e três milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), sem alteração no número de ações.

O Aumento de Capital ocorrerá mediante a capitalização de saldo da “Reserva para Investimento e Expansão”, prevista no artigo 27, parágrafo 2º, inciso iv, do Estatuto Social da Companhia e de saldo da “Reserva Legal”, nos montantes de 9.300.000.000,00 (nove

---

<sup>1</sup> Atualmente a Companhia detém 1.258.238.581 ações em circulação e 781.216 ações em tesouraria.

bilhões e trezentos milhões de reais) e R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), respectivamente, conforme apurado nas informações financeiras referentes a 30 de setembro de 2025, sem a emissão de ações.

A administração da Companhia esclarece que o Aumento de Capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante capitalização das reservas tem o objetivo de gerar eficiência e valor para todos os acionistas, sendo certo que não haverá diluição dos atuais acionistas, haja vista que não haverá a emissão de novas ações. A Companhia não vislumbra consequências jurídicas relevantes decorrentes do Aumento de Capital, tampouco outras consequências econômicas normalmente esperadas em um aumento de capital por capitalização de reservas de lucros.

O Conselho Fiscal da Companhia opinou favoravelmente ao Aumento de Capital, conforme a ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 22 de dezembro de 2025 e disponível para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia e da CVM, na rede mundial de computadores.

**Art. 2º. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações, o emissor deve:**  
I – descrever a destinação dos recursos; II – informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; III – descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas; IV – informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos; V – informar o preço de emissão das novas ações; VI – informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital; VII – fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento; VIII – informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha; IX – caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado; X – fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão; XI – REVOGADO XII - informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos; XIII – apresentar o percentual de diluição potencial resultante da emissão; XIV – informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas; XV – informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito; XVI – informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras; XVII – descrever, pormenorizadamente, os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital; e XVIII – caso o preço de emissão das ações possa ser, total ou parcialmente, realizado em bens: a) apresentar descrição completa dos bens que serão aceitos; b) esclarecer qual a relação entre os bens e o seu objeto social; e c) fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível.

Não aplicável, considerando que o aumento de capital não é realizado mediante a subscrição de novas ações

**Art. 3º. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, o emissor deve:**

**(i) informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas;**

Não aplicável, haja vista que as ações da Companhia não possuem valor nominal e o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**(ii) informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**(iii) em caso de distribuição de novas ações:**

**a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe;**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**b) informar o percentual que os acionistas receberão em ações;**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**c) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas;**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**d) informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995;**  
**e**

O Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações. Cabe a cada acionista consultar seus assessores legais e avaliar as regras tributárias aplicáveis para o cálculo do custo a ser atribuído à sua participação no capital social da Companhia decorrente da capitalização de reserva de lucros ora deliberada.

**e) informar o tratamento das frações, se for o caso;**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**IV – informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976; e**

Não aplicável, haja vista que o Aumento de Capital ocorrerá sem a emissão de novas ações.

**V – informar e fornecer as informações e documentos previstos no art. 2º acima, quando cabível.**

Não aplicável.

**Art. 4º Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição, o emissor deve: I – informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; e II – descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas.**

Não aplicável.

Maiores informações sobre o Aumento de Capital poderão ser obtidas na ata da RCA disponibilizada na página da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) ou da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) ou no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>).

São Luís, 22 de dezembro de 2025.

**Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima**

Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Novos Negócios